

Ementa:

REPRESENTAÇÃO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO (LEI Nº 9.504/97, ART. 41-A). CONTROLE DE VOTOS MEDIANTE ARDIL (*USO DE CARTÃO SIMULANDO UM CHIP*). O candidato que encomenda cartões simulando um *chip* que registraria magneticamente os votos, e faz por distribuí-los entre eleitores mediante a promessa de que, contra a respectiva devolução, receberiam dinheiro, incorre na penalidade do art. 41-A da Lei nº 9.504, de 1997, por captação ilícita de sufrágios. Recurso ordinário não-provido.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em receber o recurso como ordinário e desprovê-lo, nos termos das notas taquigráficas.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio. Presentes os Srs. Ministros Cezar Peluso, Carlos Ayres Britto, José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e o Dr. Francisco Xavier, Vice-Procurador-Geral Eleitoral.

Brasília, 27 de março de 2008.

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 28.441 - CLASSE 22ª - POMPÉIA - SÃO PAULO.

Relator originário	Ministro José Delgado.
Redator para o acórdão	Ministro Marcelo Ribeiro.
Recorrente	Ministério Público Eleitoral.
Recorrido	Ulisses Licório e outro.
Advogado	Dr. Amauri Gomes Farinasso e outros.

Ementa:

RECURSO ESPECIAL. REPRESENTAÇÃO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/97. NÃO-CARACTERIZADO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO-CONFIGURADO. DESPROVIMENTO.

O recurso especial tem natureza restrita, assim qualquer solução jurídica que se pretenda dar ao recurso deverá ter como base a moldura fática desenhada pelo acórdão regional.

Para aplicação do art. 41-A da Lei nº 9.504/97 deve ficar demonstrado, sem sombra de dúvida, que houve o oferecimento de bem ou vantagem pessoal, em troca do voto.

A jurisprudência desta Corte não exige a identificação do eleitor para caracterizar a conduta do art. 41-A da Lei das Eleições. Todavia, nessa hipótese, deve ter cautela redobrada. Ausência na decisão regional de elementos que permitam inferir a captação ilícita de sufrágio.

Recurso especial desprovido.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por maioria, em desprover o recurso, nos termos das notas taquigráficas.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio. Presentes os Srs. Ministros Cezar Peluso, Carlos Ayres Britto, José Delgado, Ari Pargendler, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e o Dr. Antonio Fernando de Souza, Procurador-Geral Eleitoral.

Brasília, 6 de março de 2008.

Resolução**PUBLICAÇÃO DE DECISÕES 130/2008.****RESOLUÇÃO****22.756 - CONSULTA Nº 1.506 - CLASSE 5ª - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.**

Relator	Ministro Ari Pargendler.
Consultante	Sílvio Roberto Cavalcanti Peccioli, deputado federal.

Ementa:

CONSULTA. POSICIONAMENTO. TSE. CONTAS DE PREFEITO. INELEGIBILIDADE. IMPRECISÃO. NÃO CONHECIDA.

- Consoante a jurisprudência firmada por esta Corte, não se conhece de consulta formulada em termos amplos, sem a necessária especificidade. Precedentes.

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, não conhecer da consulta, nos termos do voto do relator.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio. Presentes os Srs. Ministros Ricardo Lewandowski, Ari Pargendler, Felix Fischer, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e o Dr. Antonio Fernando de Souza, Procurador-Geral Eleitoral.

Brasília, 15 de abril de 2008.

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES Nº 132 / 2008**RESOLUÇÃO****22.770 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.889 - CLASSE 19ª - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.**

Relator	Ministro Ari Pargendler.
Interessado	Tribunal Superior Eleitoral.

Ementa:

Estabelece normas e procedimentos para a distribuição do arquivo de Registro Digital do Voto para fins de fiscalização, conferência, auditoria, estudo e estatística.

O Tribunal Superior Eleitoral, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único, do art. 1º do Código Eleitoral, resolve expedir a seguinte instrução, observados os critérios e procedimentos para garantia do sigilo do voto.

Art. 1º A urna será dotada de arquivo denominado Registro Digital do Voto, no qual ficará gravado aleatoriamente cada voto, separado por cargo, em arquivo único.

Art. 2º A Justiça Eleitoral poderá distribuir o Registro Digital do Voto para fins de fiscalização, conferência, estatística e auditoria do processo de totalização das eleições.

§ 1º O formato dos arquivos a serem distribuídos obedecerá o estabelecido no artigo anterior.

§ 2º O pedido poderá ser feito por partido ou coligação concorrente ao pleito, nos tribunais ou zonas eleitorais, observada a circunscrição, até 60 dias após a totalização da eleição.

§ 3º O requerente deverá especificar os municípios, as zonas eleitorais ou seções de seu interesse, fornecendo as mídias necessárias para gravação.

Art. 3º Os juízos e tribunais eleitorais terão o prazo de 72 horas, contado do pedido, para seu atendimento.

Art. 4º O atendimento a pedido formalizado perante o juízo eleitoral será feito mediante o uso de sistema desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral.

§ 1º Protocolado o pedido, o juiz eleitoral determinará ao cartório que promova, via sistema, a requisição dos arquivos pertinentes, observadas as especificações de que trata o § 3º do art. 2º desta resolução.

§ 2º O sistema de que trata o *caput* enviará ao endereço de correio eletrônico do chefe do cartório o aviso de término da geração dos arquivos, que serão gravados nas mídias fornecidas pelo interessado.

Art. 5º Os arquivos fornecidos estarão decifrados em formato e *layout* definidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 6º Os arquivos contendo os Registros Digitais do Voto Apurado deverão ser preservados nos tribunais eleitorais pelo prazo de 60 dias após a proclamação dos resultados da eleição.

Parágrafo único. Findo o prazo mencionado no *caput*, os arquivos poderão ser descartados, desde que não haja recurso envolvendo votação nas seções eleitorais.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 8º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de abril de 2008.

MARCO AURÉLIO, PRESIDENTE - ARI PARGENDLER, RELATOR - CARLOS AYRES BRITTO - RICARDO LEWANDOWSKI - FELIX FISCHER - CAPUTO BASTOS - MARCELO RIBEIRO.

Ministros Joaquim Barbosa, Ari Pargendler, Felix Fischer, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro.

Atas de Julgamento

ATAS DE JULGAMENTO

ATA DA 41ª SESSÃO, EM 22 DE ABRIL DE 2008

SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes os Senhores Ministros Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Ari Pargendler, Felix Fischer, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro. Vice-Procurador-Geral Eleitoral o Dr. Francisco Xavier. Secretário, José Valmir Ferreira. Às dezenove horas foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da 39ª sessão.

JULGAMENTOS

AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA Nº 261

ORIGEM: GOIÂNIA-GO

RELATOR: MINISTRO FELIX FISCHER

AGRAVANTE: CARLOS ANTÔNIO DE FREITAS
ADVOGADOS: CARLOS ANTÔNIO DE FREITAS E OUTRA
AGRAVADO: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB (NACIONAL)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, desproveu o Agravo Regimental, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro, Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa e Ari Pargendler.

AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA Nº 262

ORIGEM: SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP (414ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: MINISTRO FELIX FISCHER

AGRAVANTE: JOSÉ FERREIRA DE SOUZA
ADVOGADOS: ANDRÉIA MARIA TEIXEIRA VARELLA E OUTROS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, desproveu o Agravo Regimental, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro, Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa e Ari Pargendler.

AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR Nº 1843

ORIGEM: CURIONÓPOLIS-PA (58ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE: SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA
ADVOGADOS: INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO JÚNIOR E OUTRA

AGRAVADOS: COLIGAÇÃO A LIBERDADE E O PROGRESSO ESTÃO DE VOLTA E OUTROS
ADVOGADOS: SÁBATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI E OUTROS
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, declarou prejuízo do Agravo Regimental, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Marcelo Ribeiro, Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Ari Pargendler e Felix Fischer.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5124

ORIGEM: SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP (296ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

AGRAVANTE: COLIGAÇÃO SÃO BERNARDO CADA VEZ MELHOR

ADVOGADOS: ARTHUR LUIS MENDONÇA ROLLO E OUTROS
AGRAVADOS: COLIGAÇÃO UNIÃO PELA VITÓRIA DE SÃO BERNARDO E OUTROS

ADVOGADOS: STELA CRISTINA NAKAZATO E OUTROS
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, desproveu o Agravo Regimental, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7515

ORIGEM: CURIONÓPOLIS-PA (58ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTES: COLIGAÇÃO A LIBERDADE E O PROGRESSO ESTÃO DE VOLTA E OUTROS

ADVOGADOS: SÁBATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI E OUTROS
AGRAVADO: SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA

ADVOGADOS: INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO JÚNIOR E OUTROS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu do Agravo Regimental, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Marcelo Ribeiro, Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Ari Pargendler e Felix Fischer.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7515

ORIGEM: CURIONÓPOLIS-PA (58ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

AGRAVANTE: SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA

ADVOGADOS: INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO JÚNIOR E OUTROS

AGRAVADOS: COLIGAÇÃO A LIBERDADE E O PROGRESSO ESTÃO DE VOLTA E OUTROS

ADVOGADOS: SÁBATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI E OUTROS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, desproveu o Agravo Regimental, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Marcelo Ribeiro, Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Ari Pargendler e Felix Fischer.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 8149

ORIGEM: BELÉM-PA

RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

AGRAVADO: GERVÁSIO DA CUNHA MORGADO

ADVOGADOS: SÁBATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI E OUTROS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, desproveu o Agravo Regimental, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Joaquim Barbosa, Ari Pargendler, Felix Fischer, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 8196

ORIGEM: LAGOA SANTA-MG (157ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

AGRAVANTES: ANTÔNIO CARLOS FAGUNDES E OUTRO

ADVOGADOS: FERNANDO NEVES DA SILVA E OUTROS

AGRAVADOS: COLIGAÇÃO FRENTE POPULAR LAGOA SANTA DE TODOS E OUTROS

ADVOGADOS: ADMAR GONZAGA NETO E OUTROS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, declarou o prejuízo do Agravo Regimental, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Ari Pargendler, Felix Fischer e Caputo Bastos.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 8197

ORIGEM: LAGOA SANTA-MG (157ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

AGRAVANTES: ANTÔNIO CARLOS FAGUNDES E OUTRO

ADVOGADOS: FERNANDO NEVES DA SILVA E OUTROS

AGRAVADOS: COLIGAÇÃO DE FUTURO E OUTROS

ADVOGADOS: ADMAR GONZAGA NETO E OUTROS

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, desproveu o Agravo Regimental, na forma do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Ari Pargendler, Felix Fischer e Caputo Bastos.